



Três mitos visuais de Braga — um ensaio em geografia cultural¹

Miguel Sopas de Melo Bandeira²

«Se há limites formais para o mito, não os há substanciais. Tudo pode então ser mito? Sim, creio-o bem, porque o universo é infinitamente sugestivo»

Roland Barthes (1956)

A ideia

Pelas imagens mais perenes e identitárias de uma cidade, os fragmentos que se preservam, as séries que se reproduzem e ainda aquelas outras que se pretendem como genuínas, se confrontadas com as continuidades narrativas da história e o modo como as reconhecemos perante a força da contemporaneidade, oferecem-se a nós, que as observamos, como referências dessa visão ampla que enxerga no último plano do horizonte o *rayonnement* das mitologias urbanas.

Ante a possibilidade da imagem da cidade incorporar a qualidade de mito depararam-se-nos, à priori, narrativas mais ou menos fabulosas, umas mais simples, procurando relacionar o poder telúrico da natureza com os desígnios da vontade humana, outras, como diria P. Ricoeur (1959), concebendo o mito como uma explicação do real. Uma inscrição, todavia, queda assente, e que deriva da visão antropológica da realidade, perseguimos uma síntese, dir-se-ia, o compromisso entre o conhecimento objectivo e a compreensão subjectiva do significado mítico, no presente caso relacionando alguns dos seus mais divulgados aforismos com as constantes da imagem de Braga.

Para R. Barthes (1956) o mito pode ser encarado mais abertamente do que como uma ciência dos signos — como, segundo o próprio, pretenderia Saussure — isto é, como um sistema semiológico. Um sistema de comunicação.

Quanto à imagem por ser «mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de um só golpe, sem a analisar, sem a dispersar»³, não deixando por isso de se constituir como «uma escrita, desde que seja significativa».

Ao contrário da motivação inicial do autor, ao glosarmos *três mitos visuais de Braga* não temos, porém, a veleidade de exercer qualquer crítica ideológica, e mesmo ensaiar a «desmontagem semiológica» das representações sociais, tidas contextualmente como expressão da *cultura pequeno-burguesa*. Já na Introdução à edição portuguesa de *Mitologias* (1970), após a convulsão de *Maio de 68*, R. Barthes presentiu

¹ Ao Professor Manuel da Silva e Costa, meu anfitrião do Instituto de Ciências Sociais e mentor da ideia de Geografia na Universidade do Minho

² ICS/UM; CEGOT; CICS

³ Barthes, R. *opus cit*, p.251





a dissolução ideológica que vivemos nos tempos actuais, pelo que sobre esta matéria os factos falam por si. Ainda assim, para além da motivação hermenêutica que subjaz à procura dessa *escrita visual*, face a qualquer directividade que nos possa vir a ser futuramente reclamada, ainda que seja pelo contexto de uma *sócio-semiótica da imagem e do imaginário* em que nos posicionamos⁴, fazemos nosso o próprio considerando de Barthes, que esclarece, «não pode haver denúncia sem o seu instrumento de análise fina, não há semiologia que finalmente se não assuma a si mesma como uma “semioclastia”»⁵.

Para discorrer sobre *três mitos visuais de Braga* ocorreu-nos partir da percepção de constantes narrativo-figurativas que se impõem no tempo e no espaço, pelo que, de um modo espontâneo, ilustraremos o nosso ensaio com o recurso à metáfora de outras tantas forças emanadas das leis da Física: a gravidade, a centripetação e a centrifugação.

A partir de uma ideia de energia que se sente mas não se vê, de três forças que actuam permanentemente com vectores distintos, mas que coexistem e se complementam, definimos três teses.

Fizemos com que o referente de mais longo rasto, que está geograficamente localizado no centro do espaço urbano, e tudo parece reverter sobre si, seja representado pela força da gravidade. É a constante que mais notoriamente condiciona a morfologia das coisas, o conjunto das formas, porque «o mito não pode ser de modo nenhum um objecto, um conceito ou uma ideia; é um modo de significação, uma forma» (Barthes, R. [1956] 1976, 249 ss).

Seguidamente avocámos as forças centrípeta e centrífuga, enquanto constantes complementares, que actuando conjugadamente entre si mantêm o equilíbrio entre centro e periferia. São forças referenciadas a (e de) um ponto central que se manifestam no âmbito de uma trajectória rotativa e curvilínea. Quanto à primeira, resulta da preservação de uma visão exterior, de fora, uma percepção que visa a coesão, a unidade entre o geral e o particular, desenvolvida a partir do momento em que se reconhece de um modo mais amplo que a cidade existe para lá si própria. Por seu turno, a força centrífuga, enquanto figura retórica, aponta para o acentuar de uma tendência mais recente e difusa. Isto é, fecunda, reprodutiva, insaciável e individualmente dispersora.

No entanto, pese o paroxismo, estamos também conscientes de que os mitos embora aspirem à eternidade não são eternos. Ao procurar que a relação das forças físicas se projectasse nas diacronias urbanas estamos perante um desafio ensaístico, que chamar-lhe-íamos de exercício em geografia cultural — onde assumimos o risco da imponderabilidade dos mitos que procuramos fixar. Seguimos o impulso sugestivo do universo de narrativas e imagens que comportam o lastro, no mínimo, de uma cidade bimilenar.

⁴ OS POSTAIS ILUSTRADOS: PARA UMA SÓCIO-SEMIÓTICA DA IMAGEM E DO IMAGINÁRIO – Projecto Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - PTDC/CCI/72770/2006, CECS - Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, coordenado por Moisés de Lemos Martins - ICS/UM

⁵ Barthes, R. *opus cit.*, p.4



E é assim que a partir de algumas das impressões apriorísticas baseadas em leituras cruzadas, nos resultados da confrontação disciplinar, na profusão de imagens que têm passado estes anos pelo nosso olhar e, porque não, também, do instinto e do saber acumulado pela vivência de uma urbe que fizemos nossa, que somos capazes de retirar a relação que nos propomos explicar. A interação entre alguns dos aforismos mais propalados pela *vox populi* bracarense, e pelo que, também, dela se reconhece noutras paragens, com a observação das imagens de Braga, muito particularmente, aquelas que mais sistematicamente elegemos da análise sistemática das séries de postais ilustrados que decorrem da investigação em curso.

Em jeito de remate chamávamos a atenção para uma última decorrência dos *mitos visuais de Braga* que tendo à vez traços diversos e comuns, parecem transgredir da ordem linear do tempo que distingue passado e presente.

Como não nos cansamos de notar, porque entendemos não ser um mero acaso, entre as boas-vindas da placa da auto-estrada que acena aos que nos visitam com a imagem do principal ícone religioso — a Sé — subordinado ao epíteto de *Cidade do Barroco*, e a saudação dos mortos pratriimonializados (ou esquecidos) das necrópoles à entrada da cidade romana, detectamos a indistinção do tempo, o poderoso *postal* que atravessa a história da urbe, que ora opõe, ora confunde, o cristão e o pagão em Braga. Sobre isso encontramos muitos exemplos. Do mesmo modo que o monumental novo Estádio Municipal, do laureado arquitecto Souto Moura, sendo uma obra de referência do regime, é *Barroco* por exaltar a grandiosidade *principesca* e absoluta do autarca, ele é também, simultaneamente, pagão pela natureza da finalidade que lhe está destinada. São os *jogos do povo*, consagração Clássica que se faz dos ídolos da contemporaneidade, os futebolistas, os semi-deuses de um cristianismo ausente. Uma vez mais e sempre a imagem hodierna de Braga confronta-nos com essa tensão permanentemente entre o *Barroco* e o *Romano*, entre o cristão e o pagão.

Força gravítica: *mais velh[a e fecunda] do que a Sé de Braga*

Para lá de indagar a origem do propalado dito popular português, *é mais velho do que a Sé de Braga*, usado quando se pretende rotular a elevada antiguidade de algo, a Catedral⁶, que é uma expressão da longitude do tempo, transcende a própria História e afirma-se como um símbolo intemporal do extremo peninsular. Fundada há mais de 900 anos atrás, em 28 de Agosto de 1089, com auto lavrado atestando a respectiva bênção e dedicação a Santa Maria, sob a presença dos mais altos dignitários da igreja ibérica medieval, aí se fixou a sede daqueles que ainda hoje ostentam o título de *Prímaz das Hespanhas*. Entre a realidade e o mito, a Sé, porém, era já então um referente de veneração, reverberando, nos tempos coevos da fundação, os antecedentes firmados a uma *Bracara Augusta* distante, convertida à função de foco de irradiação da cristandade, nessa que era então a finisterra oriental do império romano.

⁶ <http://images.google.com/images>, Abril 2008, (pesquisa: 'Sé de Braga')



Demarcando-nos da vontade de perscrutar as névoas da História contentamo-nos em reflectir sobre algumas coincidências, ou talvez não, hoje geralmente aceites como correlacionadas, e de pegar no estímulo das sugestões cruzadas, esboçando aquele que é talvez o mito mais antigo de Braga.

Sabida que foi da reutilização de pedras de *Bracara* na própria edificação do Templo, as epígrafes incrustadas nas paredes da catedral e as mais recentes escavações arqueológicas, tanto no interior como no exterior do complexo catedralício, revelam-nos as precedências e as continuidades de um rasto bem mais antigo, os veios omissos de sacros cultos paleocristãos que se reportam, como hoje se aceita, à fundação da própria cidade.

Entre as referências de longo rasto sobressai o culto de Ísis, indiciado por uma das ditas epígrafes que testemunha o voto que lhe é atribuído pela sacerdotisa *Lucrecia Fida*, oficiante do culto imperial, e que pode igualmente ser explicado pela topológica razão de, no local onde se ergueu a Sé, ter antes existido um mercado romano, indexado a uma outra divindade pagã funcionalmente mais orientada, neste caso denominada de *Genius Macelli*. Independentemente da reutilização das pedras e da sua conseqüente movimentação, tal como veio a ser comum nos últimos tempos do império, a cristianização dos templos pagãos conservou algumas inércias substantivas e, seguramente, também alguns padrões simbólico-figurativos.

Mais do que a estreita associação entre difusão da fé, a troca de saberes e o comércio de bens e serviços, a divindade originária do delta Egípcio, arrebatadora de crenças desde 2600 anos A.C., sendo uma das mais difundidas no clássico *orbe* mediterrânico, terá chegado a *Bracara Augusta* igual a si mesma, isto é, pujante da sua natureza feminina enquanto «arquétipo da maternidade» e arauto do «esforço civilizacional da Humanidade» (Sales e Sousa, 2004). Não deixa pois de ser curioso que a ancestralidade de Braga persistentemente personificada por uma invocação feminina, como alvitram os autores citados, sugerindo que «a iconografia da Senhora do Leite, descende, em linha directa, das representações da Ísis “lactans”», a primeira dando o peito ao menino Jesus e a segunda amamentando o enigmático Horus, se tenham preservado ao nível de uma imagem paradigmática. Nesse mesmo sentido veja-se a realidade do mesmo traço de género que une a arqueológica *cibele coroadá*⁷, antropomorfização da urbe de *Bracara*, recentemente estudada por Rui Morais⁸, às figurações religiosas de *Santa Maria de Braga* e, por exemplo, à alegoria *Barroca* que pontua o frontão do Arco da Porta Nova ou decora o salão nobre dos Paços do Concelho. Embora nem todas estas representações exibam uma maternidade explícita, de que é exemplo a última, porque a natureza simbólica do seu contexto é já de si invariavelmente feminina, todas estas figuras no seu conjunto parecem ter mais de comum do que de distinto entre si. Dir-se-ia mesmo, e até neste caso, que o modo como a cidade surge simbolicamente representada — torreões e panos de muralha —

⁷ Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa - Braga.

⁸ Rui Morais, (notas pessoais) in Conferência – *Contemplando o Rosto de Bracara Augusta* – Org. Biblioteca Pública de Braga, Museu Nogueira da Silva, Braga, 2 de Abril de 2008.



no regaço da alegoria, poderá talvez sugerir uma transferência mais abstracta da dimensão maternal, fecunda e protectora da cidade.

Por fim não nos esqueçamos que as próprias insígnias da *pedra d'armas* de Braga, desde que a cidade adoptou um brasão de identificação, assim o preservam, assim o confirmam.

Talvez por isso mesmo, também se possa compreender que a Sé Catedral de Braga, embora desprovida de todo o arrojo gótico, alheia às acentuações românticas daquelas ousadias arquitectónicas que incidiram sobre as catedrais europeias do século XIX, permaneça algo voluntariamente equívoca no seu referente temporal. A Sé conserva a aura mística e mítica do eterno retorno ao lugar mágico, ou sagrado, do nascimento, quiçá de ambos, da fertilidade do ventre materno, do *locus* das origens, enfim, do reduto profusamente desenhado, fotografado, que serviu de motivo imagético privilegiado⁹ da urbe, como se de facto quisesse ilustrar o lugar onde tudo começou.



Figura 1: Postal ilustrado — «Nossa Senhora do Leite» (Catedral de Braga),
coleção Olga Carneiro (edição original em sépia)

⁹ Sobretudo a partir da abertura da rua D. Paio Mendes (1875), rectificação a Sul da antiga rua de Maximinos, ou dos Burgueses, que permitiu que se desfrutasse da imagem global e inteira do conjunto da fachada da Sé Catedral



Força centrípeta: *Braga por um canudo*

Vista do alto, não tão alto como aquela imagem que nos é permitida ver de um aeróstato ou do avião, nem mesmo sequer aquela, mais recente, que através dos satélites *Google earth / virtual earth* nos é servida ao domicílio, tem a cidade um dos seus mais antigos e divulgados *postais*. Assim, do alto das elevações envolventes, próximas à cidade, sempre se desfrutou de uma *urbivisão* geral e referenciada. Sendo que a partir da divulgação dos processos de representação da paisagem urbana este motivo consolidou rápida e internamente a imagem da cidade vista de fora.

Seria o Santuário do Bom Jesus, que veio a ser trabalhado sobre uma primitiva ermida alcandorada, como é apanágio das serras do Minho, onde se formalizou esse primeiro mirante. Outros se lhe seguiram (St^a Maria Madalena da Falperra e Nossa Senhora do Sameiro).

Demasiado distante para ser considerado uma janela sobre a cidade, mas suficientemente cercano para constituir um ponto de composição do horizonte urbano, o Bom Jesus cedo ocupou um lugar proeminente no imaginário colectivo dos bracarenses.

Foi, todavia, com a invenção da *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte*, que tem no Bom Jesus¹⁰ — tal como a Pena, caucionada a uma outra pena, a de Lorde G. Byron (1788-1824), o teve para Sintra — o epicentro da produção em série de imagens, melhor dizendo, de um novo tipo de imagens que pela sua reprodutibilidade e difusão também ajudou a construir uma nova visão de Braga. As imagens da fotografia e do postal ilustrado.

O Bom Jesus nunca deixando de ser meta de peregrino e lugar de oração, foi e é, também, o primeiro grande destino turístico de referência do *oitocentismo* local. Desde sempre santuário cristão e, ou à vez, instância de repouso para os lídimos herdeiros do *tour*, essa expressão, chamar-lhe-íamos, do paganismo moderno, reconheceu no Bom Jesus, seguramente, de há três séculos a esta parte, a crescente ambivalência da função de arrabalde divino e de mundano destino de férias. Construído à imagem dos *sacromontes tridentinos* que proliferaram na Europa *Barroca*, o santuário foi edificado para recriar o itinerário da *via-crucis* dirigido ao simbólico gólgota, dramaticamente assumido como o lugar supremo da paixão e da proximidade do crente aos céus.

Envolto num misticismo acumulado, o Bom Jesus incorporou no ambiente natural uma auréola taumatúrgica e de transcendência, fazendo verter sobre si voluntariosos pecúlios materiais. Engrossou assim a galeria de beneméritos comendadores e multiplicaram-se as iniciativas das *mesas* administradoras que, das generosas esmolos e obras pias consagradas, nobilitando ainda mais o esplendor do culto, é certo, concederam também para o local um estatuto de *plateau* dos desígnios terrenos, num processo de animação que deu lugar à proliferação de hotéis e *chalets* burgueses. Recorde-se ainda que o Bom Jesus foi cenário romântico de afamados idílios, como foi o dos amores liberais de Ana Plácido (1832-1895) e Camilo Castelo Branco (1825-1890).

¹⁰ <http://images.google.com/images>, Abril 2008, (pesquisa: 'Bom Jesus Braga')



Com a notoriedade adquirida tornou-se num espaço de veredas sinuosas, recantos íntimos de *promenades* burguesas, de abundante vegetação exótica, com lagos e grutas artificiais, coretos e quiosques, onde não faltou mesmo o *parque de diversões*, os botequins de circunstância e até um dito *casino*. Entre todas as iniciativas a mais paradigmática para o projecto que nos convoca, já o dissemos, foi a criação da *Casa das Estampas* (1926), do arquitecto Raul Lino (1879-1974), marco testemunho da permanente imanência da imagem no Bom Jesus do Monte, instrumento de fixação das pulsões entre o humano e a natureza, num sítio que se pretendeu sempre único.

Daí que, além da profusão de postais temáticos sobre o local, que perfaz uma série dentro da própria série específica de Braga, a vista panorâmica do Bom Jesus sobre a cidade seja ainda a decorrência natural de toda a carga simbólica reunida. Fosse também o escape de alma que está inevitavelmente na base da expressão popular *Braga por um canudo*, aforismo das vistas amplas que se podem tirar do famoso miradouro onde a confraria residente instalou um dos primeiros telescópios turísticos em Portugal. Circunstância que, ultrapassando a condicionante impressiva da mirada da cidade, juntou à observação, algo devassa e umbilical do rastreio dos seus pormenores - aceitavelmente mais próxima para individualizar, pelo óculo indiscreto, uma referência familiar - também a vantagem de permitir igualmente uma observação democratizada da urbe.

Do telescópio do Bom Jesus é possível alcançar o contexto regional do entorno da cidade, a partir de uma visão de cima — de pássaro, para não dizer do céu — suficientemente distante para vislumbrar o mar nos dias límpidos e as principais serras e vales da bacia do Cávado.

Conta-se mesmo que o conhecido Nicolas Sault (1769-1851), aquando da entrada das tropas napoleónicas na cidade (1809), enquanto os seus soldados, lá em baixo, chacinavam e a pilhavam, este *Maréchal d'Empire* tendo-se instalado com o seu Estado Maior no Bom Jesus, «maravilhado com a paisagem (...) diz-se que exclamou: Que lindo país têm estes bárbaros!»¹¹

Da *Braga por um canudo*, cujo panorama é anterior à própria fotografia e não exclusiva do ponto de tomada de vistas tradicional, temos uma sucessão de imagens que nos revelam a expansão da mole urbana. Veja-se o exemplo de algumas gravuras e desenhos como o *Panorama do Poente* de A. P. Cardoso Cruz (1844)¹², onde o autor é um dos primeiros a representar no horizonte Vila do Conde, Fão, Esposende e Barcelos.

Sabemos que o Bom Jesus não era a gávea exclusiva de observação da paisagem urbana. Outros locais de observação como o alto dos campanários das igrejas e os mirantes dos conventos serviram para esse fim. Neste ponto é de destacar mesmo a elevação do Picoto, mais próxima da cidade, onde desde o *Renascimento* têm surgido indicadores seguros que se desfrutava de uma espécie de visão de *varanda sobre a cidade*.

Todavia, esse manto verde que envolvia a urbe e a separava do santuário, transgredido somente pelo tentáculo da *rua-estrada* de Nova de Santa Cruz até aos Peões,

¹¹ Feio, Alberto — *opus cit.*..., p. 119

¹² Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio — *Memórias do Bom Jesus do Monte* — Coimbra, na imprensa da Universidade, 1844.



deu lugar a um *continuum* urbanizado que hoje se estende pela encosta acima até ao regaço do observador. Do espaço urbano mais ou menos indiferenciado que agora se oferece surgirá o terceiro e último mito visual de Braga que aportamos, quiçá o mais recente e o mais abrangente: *Braga sempre a crescer*.



Figura 2: Postal ilustrado — «Recordação de Braga»¹³, coleção de Olga Carneiro (edição original a cores)

Força centrífuga: ... *sempre a crescer*

Retirado do *slogan* central de uma campanha eleitoral já passada conducente à confirmação do inamovível Presidente da Câmara Municipal de Braga, o engenheiro F. Mesquita Machado (n. 1948), reeleito consecutivamente praticamente há tantos anos quantos os da democracia em Portugal, a generalidade das vezes com maioria absoluta de votos, testemunha uma orientação política dominante assumida e genericamente consentida. *Braga sempre a crescer* proporciona-nos uma realidade que personifica a expressão de uma época fortemente marcada pela urbanização da sociedade. Uma fase da nossa história nacional que ficará conhecida pela hegemonia dos critérios quantitativos do crescimento económico e material.

Sem ceder à tentação da exaustividade dos números, a título indicativo, adiantaríamos que a população residente de Braga (164 193)¹⁴, durante os dois últimos

¹³ Motivos representados (do topo e da esquerda para a direita): Bom Jesus; Arcada/Av. Central; Vista sobre a cidade do Monte Picoto; e Arco da Porta Nova.

¹⁴ "O País em Números" – INE, Informação Estatística (1991-2001).



períodos intercensitários (1981/1991/2001) cresceu mais de 30%, sendo que na última década aumentou 22 936 habitantes. Entretanto, e em sede de revisão do Plano Director Municipal (2008), foi divulgada uma nota oficiosa da própria Câmara que adiantava para o Concelho uma projecção de 190 mil residentes no ano de 2015. Igualmente a construção, ainda que mais recentemente acompanhe o crescimento da população com valores divergentes¹⁵, registou também um aumento, porém, proporcionalmente muito mais significativo. Para isso bastará dizer que dois terços (66%) dos edifícios de Braga são posteriores a 1971, quando o mesmo valor a nível nacional se situa nos 57%. No período de 1991 a 2001 surgiram em Braga 22 576 novos alojamentos para 4 356 novos edifícios, variação que, neste último caso, rondou os 15,4%.

Sem outros enlances, diríamos, que o caso do crescimento de Braga traduz essa saga desruralizante, de litoralização do País e de aumento demográfico urbano constante, que se fez sentir nestes últimos quarenta anos, afectando as cidades intermédias e, sobretudo, os dois grandes centros metropolitanos. Trata-se de um fenómeno que se acentua após a implantação do sistema democrático, tendo por móbil a carência de alojamento e fazendo desta necessidade social uma prioridade estruturante das políticas urbanas.

No caso de Braga, a força do *sempre a crescer*, pode hoje configurar o fim de uma exclusividade próxima pela assunção de um ente mítico, no mínimo, nacional. Porém, as idiosincrasias históricas e o contexto local, desde logo posicionaram a questão numa trajectória potencialmente conflituosa, introdutória do ingrediente dramático. Pouco tempo antes de eclodir o 25 de Abril de 1974 descobriu-se que a área privilegiada de expansão da cidade (1970/80) incorporava terrenos cujo subsolo continha testemunhos patrimoniais de valor arqueológico, datáveis ao tempo de *Bra-cara Augusta*.

Como já tivemos oportunidade de abordar em anterior trabalho, a tensão crescente entre os interesses do sector imobiliário e o dos defensores do património cultural, que se lhes opuseram, de algum modo recuperaram um tipo de debate político que tinha já os seus antecedentes na cidade do início século XX. O modo como desta vez o interpretaram e a ausência de alternância democrática na governação local condenaram os campos litigantes a uma inevitável irredutibilidade (Bandeira, 2006). Deu-se como que uma miscigenação dos referentes, onde os devotos do património dir-se-iam apologistas do valor sacralizado dos testemunhos romanos, enfrentaram os politeístas do pragmatismo político. Estes últimos, contudo, rapidamente deixaram de se sustentar na resposta social que era reivindicada no início do novo regime com a prioridade dada à habitação, para passar à tentação utilitária de responder à sociedade de consumo que despontava. Num certo sentido, assistir-se-ia ao contraste discursivo balanceado entre um certo intelectualismo moralizante e um populismo

¹⁵ Intervenientes no sector, ainda que sem citarem a fonte, anunciaram na imprensa, no correr do ano de 2008, existirem mais de quinze mil fogos devolutos em Braga.



predador, sendo que ambos, em simultâneo, para o melhor e para o pior, ajudaram a fixar uma imagem nova da cidade.

De facto, o crescimento da Braga só por si veio a tornar-se num sinónimo de modernidade e de progresso, sobretudo, perante uma maioria de população que transitou submissa e apática do anterior regime. Muita dela, diga-se, de antecedentes rurais carenciados, marcada que ficou por todo o tipo de limitações, quando não, e até, num passado ainda recente, pelo estigma da fome. Obviamente, com baixos níveis de instrução e completamente alheia aqueles indicadores que hoje chamaríamos de práticas culturais.

Braga despontou assim para a democracia como uma cidade deslumbrada pelo alojamento barato, promovida no aparato da mobilidade social e enfardada com a fartura do consumo a que agora podia aceder. Sublinhe-se, muito por estímulo de um intervencionismo autárquico activo, abonado de recursos e autonomias crescentes, incontornável na criação de emprego directo e indirecto, bem ainda como na capacidade inédita de promover a animação da economia através das obras públicas intensivas.

Por outro lado, a percepção do crescimento em Braga pode igualmente ser sondada no seu passado rural, nas veigas de solo fértil, as mesmas que nestas últimas décadas deram lugar ao mosaico de inúmeras urbanizações chamadas de *Quintas*.

Também alguns dos indicadores demográficos elementares vêm mostrando o potencial do crescimento humano de Braga. Vejamos alguns números. Em 2002 a taxa de natalidade do município de Braga (13,4‰) foi a mais alta do Distrito (12,1‰) e acima dos valores do Continente (10,9‰)¹⁶, sendo que a percentagem de mulheres em idade fértil, por relação ao seu total, subiu 2,1 pontos percentuais no último período intercensitário (2001= 56,2%). Por seu turno, a taxa de fecundidade (2000) de Braga (49,6‰) era mais elevada do que a registada na Região Norte (45,9‰) e também do que a do próprio País (46‰). Durante o virar do século continuou a ocorrer um número elevado de nascimentos¹⁷, colocando o município sempre nos lugares de topo a nível nacional, curiosamente atrás da sua eterna rival Guimarães e, naturalmente, abaixo dos concelhos associados às duas grandes áreas metropolitanas.

Ainda que os valores demográficos mostrem recentemente uma tendência rápida de inversão, próprios das convenções indiciadoras de um maior cosmopolitismo e urbanização, designadamente, através do esbatimento do peso da população jovem¹⁸ — note-se, na mesma proporção da relação geográfica anteriormente explanada — Braga, entre 1992/2000, continuaria a exhibir indicadores associados à sua imagem tradicional veiculada pelo senso comum. Por exemplo, foi o 7º concelho do País em número de casamentos (sempre acima dos mil por ano), no âmbito dos quais, é fácil adivinhar, pontuaram os católicos.

¹⁶ INE - Estimativa da população residente em 31/12/2002, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom

¹⁷ No último período intercensitário sempre acima dos 2000 nados-vivos, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom

¹⁸ Os menores de 24 anos representavam em 1991 43,2%, tendo em 2001 descido para os 24,9% da população, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom



O crescimento de Braga vem, pois, superando a contradição dos seus contrastes. Para lá de uma religiosidade formal esmorecente, já notória desde os meados de 1960, mas que, todavia, se acentuou com o forte pendor secularista que resultou à revolução dos cravos, o nome da cidade continuará a luzir nos diversos mapas e tabelas ilustrativos de algumas das constantes demográficas — numerosa, densa, jovem, apesar tudo, mais religiosa, algo conservadora — enfim, referências próprias de um município português humanamente prolixo.

De facto, o crescimento persiste em ser hoje um dos principais luzeiros das aspirações colectivas. À data que escrevemos estas linhas o desígnio imagético da autarquia incide no prolongamento, que não deixa de ser crescimento, de um túnel subterrâneo automóvel. Porém, este modo de compreender a cidade tem registos antecedentes no *portfolio* das representações visuais de Braga. Vários são os exemplos que poderíamos convocar como argumento. Desde de *Bracara Augusta* já tutelar um dos territórios mais densamente povoados do mundo antigo, ou, simplesmente, do seu perímetro urbano, que prorrogou o próprio colapso imperial, denotar a existência de uma das maiores cidades ibéricas da era clássica¹⁹. Também a divulgada imagem de G. Braunio (1594) irá, mais tarde, testemunhar a cidade alargada no início século XVI pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa (1461-1532). Além do mais é importante não esquecer que foi esta Prelatura que providenciou o domínio territorial mais vasto que a arquidiocese de Braga alguma vez dispôs, correspondendo aquilo que é hoje aproximadamente a Região Norte - NUT-II de Portugal.

Contudo, afirmar-se-á um outro aforismo local, que por ser transversal e, pode-se mesmo dizer, hoje, de amplo consenso, que sendo usado recorrentemente e também dotado das suas antecedências, classifica a cidade de Braga como a *Terceira Cidade de Portugal*. Trata-se de uma expressão genuinamente quantitativa, que denuncia a importância e o valor relativo que os bracarenses dão ao tamanho da cidade. Enfim, um argumento a favor da validade do mito do crescimento.

Referências bibliográficas

- Bandeira, M. (2008), 'Leituras da paisagem através de postais ilustrados: para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário' – Actas das Jornadas de Geografia e Planeamento 2008 - *Geografia. Imagem. Ciberespaço* – UM, ICS, Dep. de Geografia, Guimarães, Couros, 29 de Abril de 2008 (texto no prelo)
- (2008) 'Memória e paisagem urbana: a construção da imagem patrimonial de Braga desde os acervos ilustrados e fotográficos de referência' – *Imagem e Pensamento* – Livro da Conferência Internacional – Lisboa, Museu Coleção Berardo, 5 e 6 de Dezembro de 2007, org. CECL/CECS (no prelo)
- (2006) *Cidadania pelo património um matiz Barroco na cultura urbana – Livro de Homenagem a Jean Remy*, col. *Relações Sociais de Espaços* Lisboa, Edições Colibri/CEOS, 2006, pp35-53
- (2002) *O Espaço Urbano de Braga - obras públicas, urbanismo e planeamento (1790 - 1974) - A cidade dos finais do 'Antigo Regime' ao advento da 'II República'* – (policop.) Braga, 2002
- Barthes, R. (1980), *A Câmara Clara* – Edições 70, Arte & Comunicação, Lisboa, 1981
- (1957) - *Mitologias*, Edições 70, col. Signos (2), Lisboa 1976

¹⁹ C. de 48 ha



- Berger, J. (1972), *Modos de ver* - Edições 70, Arte & Comunicação, Lisboa, 1982
- Braudel, F. (1977), *Ecrits sur l'Histoire* – Flammarion, Paris,
- Claval P. (2006), 'La Géographie Humaine face a la culture' – *Aurora, geography journal*, 00, Agosto 2006, NIGP, pp. 9-28
- Feio, A. (1921-1956), *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos* – Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga, Braga 1984
- Ferreira, J. (1928-1935), *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc.III - Séc. XX)* - 4 Tomos , Braga, Mitra Bracarense, 1928/35, 2241pp
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (1996), *Reading Images – The Grammar of Visual Design* - Routledge, London, 1996
- Mumford, L. – (1961), *La Cité a Travers L'Histoire* – Editions du Seuil, Paris, 1964
- Oliveira, E. (2000), *História da Associação Comercial de Braga* – Ed. ACB, Braga, 2000
- (1985) - *Imagens do Minho Oitocentista* - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores de Segurança Social e Saúde, Braga 1985
- (1884) - 'As Comemorações do I Centenário do Bom Jesus do Monte' - *Mínia*, Braga, 6 (7), 1983, p99
- (1979) – 'Para o Estudo da Imagem de Braga. O Postal Ilustrado – *Catálogo da Exposição ...*' - ASPA, Braga, 1979
- Passos, J. (1997), 'As Edições das 'Memórias do Bom Jesus do Monte'', *Mínia*, N°5, III Série – 1997, Braga, 275-286pp
- (1996), *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Braga* – Ed. Caminho, Memória da Cidade, Lisboa 1996
- Ricoeur, P. (1959), *Le mythe donne à penser* - in *Esprit*, Jul-Ago, 1959
- Rose, G. (2001), *Visual Methodologies – An Introduction to the Interpretation of Visual Materials* – Sage Pub, London, 2003
- Sales, J. e Sousa, R. (2004), 'Reminiscências do culto de Ísis no território português: o exemplo de Braga' – in *Cad. Cultura – Diário do Minho*, edição de 10/III/2004, Braga, 24-26
- Thines, G e Lempereur, A. (eds.), *Dicionário Geral das Ciências Humanas* - Lexis, Edições 70, Lisboa, 1984

Fontes

- Argote, Jerónimo Contador de - *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani* - Lisboa, 1728.
- *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* - Lisboa (1732-34)
- As Cidades em Números*, Informação Estatística 2000-2002, Instituto Nacional de Estatística, CD-Rom, ISBN 972-673-733-8, 2004
- Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Memorias do Bom Jesus do Monte* – Coimbra, na imprensa da Universidade, 1844
- O País em Números*, Informação Estatística 1991-2001, Instituto Nacional de Estatística, CD-Rom, ISBN 972-673-624-2, 2002

Referências electrónicas

- < <http://images.google.com/images>>, Abr./Dez. 2008
- <<http://postaisilustrados.blogspot.com>>, Dez. 2008

